

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTORICIDADE E DESAFIOS – REPRESENTAÇÕES DE FORMADORES

Marilene Salgueiro Berto Machado³⁷

Resumo

Partindo do pressuposto de que na atualidade, frente às mudanças paradigmáticas impostas mundialmente, novos desafios são postos ao mundo do trabalho e novos requisitos emergem para a formação profissional, o nosso estudo pretende analisar a formação profissional, a partir das representações que os formadores fazem da mesma. Através de uma metodologia das representações sociais, investigou-se o discurso acerca do tema proposto, utilizando-se como sujeitos os formadores de escolas do SENAI/São Paulo.

ABSTRACT

Assuming that in present-day conditions, due to paradigm shifts imposed all over the world, new challenges are presented to the working world, and new requirements appear for the professional training, our study intends to analyse the professional training from the trainers' representations about it. The discourse about the proposed theme was investigated by a methodology of social representations, using the SENAI/Sao Paulo schools trainers as subjects.

³⁷ Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

INTRODUÇÃO

A análise que ora nos impomos pretende discutir a problemática da formação profissional no Brasil, a partir da busca do entendimento que os formadores da Formação Profissional têm sobre esta. Portanto, buscaremos analisar as representações que os formadores fazem da formação profissional a partir de suas vivências cotidianas.

Considerando-se que esta é uma faceta da educação brasileira, ao longo de sua história, interessa-nos verificar como se configurou em determinados momentos históricos e, mais do que isto, entender o que os seus autores (agentes - no caso os formadores - pensam sobre o tema).

Num retrospecto histórico, pode-se situar a origem da educação profissional no Brasil em 1909, quando o Governo Federal criou através do Decreto Lei 7756, de 23 de setembro, assinado pelo então Presidente da República Dr. Nilo Peçanha, os primeiros cursos profissionalizantes, inaugurando dezenove escolas de aprendizes artífices. Essas escolas visavam atender aos filhos das classes menos privilegiadas e enfatizavam a dualidade de classes verificada na organização social, uma vez que aos filhos da burguesia eram oferecidas escolas propedêuticas com uma formação humanista.

O objetivo da educação profissional de atender aos filhos da classe trabalhadora e prepará-los para o exercício de uma profissão tinha implícita a necessidade social de demanda de mão-de-obra para a indústria emergente no país, ou seja - visava estabelecer uma relação linear da escola com o mercado de trabalho. Consta no referido Decreto que o objetivo desses estabelecimentos era "habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual".

A partir deste período inicial e passando por diversas iniciativas, como a criação das escolas técnicas e dos Liceus, na década de 30, o ensino profissional vive um marco importante na década de 40, quando, com o crescimento do parque industrial brasileiro, é estendido a agências de formação profissional, com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), pelo Decreto Lei 4948 de 01/11/42. Em 1943, promulgou-se a Lei Orgânica do Ensino Comercial, e criou-se o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) através dos Decretos Leis 8621 e 8622, de 10/01/46.

O objetivo desses empreendimentos era atender à demanda de mão de obra qualificada: o SENAI e o SENAC servem aos setores secundário e terciário da economia, são custeados através de contribuição compulsória sobre a folha de pagamentos; apresentam uma proposta curricular essencialmente prática e se desenvolvem paralelamente ao sistema regular de ensino.

A partir daí nos deparamos com novas iniciativas no ensino profissionalizante. Na década de 60 podemos destacar a difusão da “economia da educação” que se tornou uma disciplina específica do currículo escolar, fundamentada na teoria do “Capital Humano” (Schultz e Becker), entre outros. Essa teoria aponta para a relação direta e linear entre os processos educativo e produtivo, e traz implícita a idéia do “valor econômico da educação”, ou seja, a educação era vista como investimento e, ao formar mão-de-obra qualificada, conduziria a um crescimento econômico tanto em nível pessoal, quanto social. Essa idéia fazia crer que a escola, através da profissionalização, assegurava a ascensão social do indivíduo.

Na década de setenta, promulga-se a Lei 5692/71, que traz como ponto principal a extinção da dualidade do ensino. A nova Lei estabelece a igualdade educacional, ao determinar a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau, bem como a educação para o trabalho, em nível do 1º grau. A princípio, a lei trazia a ideologia do término da dualidade presente na educação brasileira, mas uma das suas funções era conter a demanda ao ensino superior, o que reforçava na prática esta dualidade. Por diversas razões teórico-práticas a Lei ficou inviabilizada.

A respeito da viabilidade desta Lei, KUENZER faz a seguinte afirmação:

“As condições desiguais de acesso à escola, aliadas à falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias à viabilização da nova proposta, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria-prática (...) acabaram por impedir a efetivação da proposta”. (1987:10).

Em todas estas iniciativas fica claro que a educação, subordinada ao interesse econômico, ao funcionar como qualificadora de mão-de-obra e de força de trabalho, reforça as relações de exploração capitalista.

Na busca da superação desta ideologia que perpassa o ensino profissionalizante, surgem na década de oitenta novas teorias, tentando superar esta visão direta e linear da relação trabalho - educação e delinear novos rumos para a educação profissional. Surgem entre outras, a proposta

da teoria histórico-crítica e a educação politécnica. Ambas propõem uma educação voltada para a formação do cidadão crítico-reflexivo, para o trabalho e a politecna, propõem a adoção do trabalho como categoria central na educação, com base nos estudos de Gramsci.

Atualmente, inseridos num contexto de mudanças - perpassado pela globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva - os educadores se preocupam em discutir os rumos da educação profissional. Em contrapartida a estas preocupações, mais uma vez as Políticas Públicas voltadas para a educação brasileira desconsideram as propostas dos educadores engajados nessas discussões e propõem uma nova-velha fórmula para o ensino profissional, desvinculando-o da formação geral, proposta disposta na Lei 9394/96. Para FRIGOTTO:

“Ao reiterar as dicotomias teórica e prática, geral e específico, técnico e político e prever, no caso da formação profissional básica, a possibilidade de níveis que não pressupõem o ensino fundamental e, no caso do ensino técnico, possa ser oferecido de forma independente do ensino médio, ignora ao mesmo tempo, a ampla e densa discussão crítica de mais de duas décadas no horizonte de superação do tecnicismo e situa-se numa direção inversa das efetivas necessidades da propalada competitividade no contexto das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva.” (1998:12)

Além disso, o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vem desenvolvendo o Programa de Qualificação e/ou Requalificação profissional, divulgando a tão famosa e conhecida máxima de que com o ensino se garante um lugar no mercado de trabalho, ou seja, a velha e conhecida linearidade entre educação e mercado. A grande questão que se coloca aqui diz respeito não à necessidade de se qualificar ou requalificar o trabalhador, mas à “forma” e ao “discurso” implícitos nestes programas, em que se gastam milhões de reais advindos do FAT, falseados por propostas ideológicas e inverídicas, isto é inserido no contexto do capitalismo contemporâneo, onde se verifica no que diz respeito ao modo de produção de bens e serviços uma passagem do modelo taylorista/fordista para um novo modelo de acumulação capitalista: “acumulação flexível” (HARVEY, 1994). Instalam-se, neste modelo, novos padrões em que a integração e a flexibilidade representam as bases orientadoras da produção. Segundo MACHADO:

“Agora em vez de se produzir com o auxílio de máquinas grandes, pesadas, poluidoras, rígidas e onerosas pelo consumo energético, recorre-se a

equipamentos menores, leves, limpos, flexíveis e poupadores de energia (...)" (1995:53)

Diante deste quadro, pensar em formação profissional deve ir além de pensar em treinamento, adestramento técnico, visando atender aos desafios impostos, ao novo perfil de trabalhador exigido, ao desenvolvimento das competências e ao acirramento da competitividade. Deve-se agora se ater muito mais ao "saber-ser", "saber-aprender" do que ao "saber-fazer".

Torna-se necessário um cuidado de não cometermos o erro de proclamar as necessidades impostas por este contexto como se fossem às necessidades dos nossos alunos trabalhadores, ou as nossas necessidades enquanto educadores; senão faremos o discurso da dualidade e da exclusão.

Para FRIGOTTO:

"No plano da proposta político-pedagógica de formação profissional a perspectiva aqui denominada de civil democrática ganha possibilidade efetiva na medida em que consigamos estruturar formas cada vez mais coletivas de organização do conhecimento, do trabalho pedagógico e de sua avaliação. Romper com a divisão disciplinar estanque e com as formas individualistas e competitivas de conhecimento e de ensino, sem dúvida, é um elemento crucial. É também, no plano político-prático, uma forma eficaz de neutralizar as imposições tecnocráticas que reduzem e subordinam o educativo ao mercado e ao processo de produção globalizada e excludente". (1998:10)

É importante salientar que estas mudanças observadas no mundo do trabalho, neste momento não podem ser analisadas ou avaliadas apenas a partir da introdução de novas tecnologias no mundo da produção, no processo. Mudanças significativas e que diferenciam este momento do anterior são observadas também nas novas formas de gestão do trabalho, sendo que a principal característica sentida aí diz respeito às novas formas de organização e gestão japonesas, importadas e utilizadas como parâmetros, como, por exemplo, o *just-in-time* e os círculos de controle de qualidade. No Brasil nos últimos anos, uma das tendências mais acentuadas e difundidas na área da gestão tem sido a Gestão da Qualidade Total (GQT).

A partir destas mudanças imprimidas ao mundo do trabalho advém um novo modelo de flexibilidade e competitividade, bem como uma redefinição do perfil do trabalhador, o que requer novas exigências para a sua formação. Demanda-se, agora, mais habilidade, criatividade, liderança, flexibilidade. O trabalhador deve possuir, ainda, capacidade perceptiva, raciocínio lógico e aptidão para se comunicar e resolver problemas.

A formação profissional, na atualidade, deve partir do entendimento de que, ao mesmo tempo em que interessa aos detentores do capital dispor de força de trabalho qualificada, ainda que em menor escala, como nos alerta MACHADO, para a produção, em contrapartida a este interesse surge um total descaso com relação à discussão efetiva e ampla da questão da qualificação. Para FERRETTI & JÚNIOR (1997: 122):

“A definição do que seja qualificação profissional, bem como de quais seriam as qualificações desejadas no momento se constitui numa pequena amostra em relação a isto, principalmente no que diz respeito a aliar a idéia de qualificação a prestígio profissional, salário, poder, etc...”

Ressaltam-se aqui pólos diferentes no tratamento da questão qualificação-capital-trabalhador: se a atualidade pressupõe - no bojo de todas as transformações advindas do mundo globalizado - novas formas de ver, sentir e agir dos homens, ressalta-se neste contexto a necessidade da discussão dos aspectos subjetivos presentes nesta aquisição. Ao se questionar em que bases se estabelecem as relações humanas no mundo do trabalho, bem como quais são as experiências e vivências aí construídas, há que se buscar respostas no cotidiano do trabalhador que possam nos levar a problematizar, refletir e discutir o que está posto na realidade da qualificação profissional no Brasil.

Diversos autores, FERRETTI & JÚNIOR (1997:9) por exemplo, vêm chamando a atenção para a necessidade da discussão da subjetividade,:

“Aqui surge em cena o elemento novo no debate sobre qualificação (...) o saber construído pelos trabalhadores no cotidiano da fábrica passa não apenas a ser reconhecido, como requisitado e premiado (...)”

Isto nos leva a pressupor que ao “vivenciar” o cotidiano do trabalho, os sujeitos a ele vinculados criam formas, práticas e significados para o seu “fazer”, advindas da sua cultura, experiências, práticas sociais, sexo, raça, aspirações, desejos e etc. - a sua “subjetividade”. Todavia não podemos desconsiderar a idéia de que:

“o modo de produção capitalista é também um modo de produção de subjetividades e que “tanto capitalistas quanto trabalhador” estão dominados pela lógica do “capital”. (GALLO, 1998).

O SENAI NO CONTEXTO BRASILEIRO

Como já vimos anteriormente, o SENAI foi criado em 1942 com o intuito de formar mão-de-obra para a indústria. Objetivava desenvolver habilidades técnicas-manuais no ensino profissionalizante; foi (e é) pautado pelo “fazer com destreza”. Este ensino leva a uma robotização do homem e traz, de forma marcante, uma concepção fordista/taylorista de organização do trabalho, com um referencial filosófico eminentemente positivista, estimulando o individualismo e a competição. Na sua criação o SENAI se baseava em experiências de aprendizagem sistemática desenvolvidas nas ferrovias, preparando mão-de-obra, estimuladas por um período histórico que previa aumento da produção em grande escala.

O sistema dual estimulado por este modelo de formação profissional no Brasil e o atendimento do SENAI ao mercado de trabalho ficam explícitos nos dizeres de FREITAG:

“ A nova força de trabalho precisa ser recrutada dentro da nova configuração da sociedade de classes. Evidentemente não será fornecida pela classe dominante, na qual continuam configurando, mesmo com seu poder reduzido, a velha aristocracia rural, a burguesia financeira e a nova burguesia industrial em ascensão. Assim as escolas técnicas vão ser a escola para os filhos dos outros, ou melhor a única via de ascensão permitida aos operários. Que essa via é falsa e se revela um beco sem saída, está implícito na especificidade desta escola. Sendo de nível médio ela não habilita seus egressos a cursarem escolas de nível superior. Criou-se a dualidade do sistema educacional que além de produzir e reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo, garante a consolidação e a reprodução de uma sociedade de classes...” (1986:22)

Na atualidade, seguindo a tendência das atuais transformações no mundo do trabalho, o SENAI vem buscando redefinir suas ações quanto à se inserir no mundo globalizado, num processo industrial tecnológico e reestruturado. Desta forma, lançou em 1996 um ‘Plano Estratégico Sistema SENAI -1996/2010’. De acordo com ele, o “novo” perfil da instituição está voltado para as cadeias produtivas emergentes e com potencial de demanda. O Plano traz entre outros aspectos: o foco no cliente e nos resultados, o trabalho em equipe, a quebra de barreiras entre áreas, formação profissional compatível com os requisitos de competitividade. Para o “novo” SENAI, a formação profissional deve promover a emancipação do indivíduo pelo trabalho. Fundamenta o seu projeto educacional na formação do cidadão trabalhador capaz de atuar de forma autônoma, crítica e participativa. Esta

formação visa o desenvolvimento das múltiplas inteligências e o exercício da flexibilidade produtiva. Outro eixo de atuação do SENAI passa ser a parceria com o Governo Federal, realizando programas de requalificação ou reconversão profissional.

Aliado ao mundo globalizado, o SENAI propõe mudanças que pressupõe “novas”. No entanto, adequa-se ao mundo do trabalho, às reestruturações do modo de produção, ao avanço das novas tecnologias, à globalização; enfim (re)torna ao princípio da linearidade no relacionamento com o mundo do trabalho e no entendimento deste tão somente como “mercado”. Em relação à esta questão, principalmente ao Programa de Requalificação (proposta amplamente divulgada, inclusive pela mídia) FRIGOTTO nos alerta:

“(...) requalificar uma massa de trabalhadores sem escola básica de 1º e 2º graus, em cursos dados durante 60 dias, como assinala uma proposta do SENAI, requalifica para que tipo de emprego numa conjuntura endêmica de desemprego estrutural? (...) se os desempregados não encontrarem emprego, agora requalificados, é porque individualmente escolheram a qualificação errada ou não se aplicaram de forma competitiva. Uma vez mais a vítima da exclusão passa constituir-se no culpado da situação” (1998:14)

Ainda no contexto dessas mudanças, o SENAI busca aprimorar seus serviços na preparação de seus professores. Uma destas preocupações resultou no Estado de São Paulo no “Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional em Nível Médio”, desenvolvido pelo SENAI/SP em parceria com a Universidade Metodista de Piracicaba. Questiona-se até onde este interesse não objetiva tão somente atender às exigências impostas pela LDB 9394/96. Como se pensa no SENAI a formação didático-pedagógica de seus docentes?

Frente aos desafios impostos ao país em decorrência do processo de globalização, parece claro que as mudanças na formação profissional são urgentes. Porém não devemos incorrer no erro histórico de responder passivamente às mudanças, adequando-nos ao modelo imposto pelo setor produtivo. Para ASSIS:

“Em lugar de ajustar-se reativamente e defensivamente às inovações tecnológicas, deve-se considerar que a educação tem um papel ativo e estimulador a desempenhar e que tem, além disso, que cumprir um importante objetivo a saber, a promoção da inovação e do progresso técnico na economia”. (1995:10).

REPRESENTAÇÕES SOBRE TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nossa pesquisa visa discutir e analisar as representações de Formadores³⁸ da formação profissional, que atuam em escolas do SENAI/SP. Participaram do trabalho 48 profissionais, que atuam na instituição e têm formação técnica, basicamente em Engenharia (elétrica, mecânica, civil, etc.). Estes profissionais são na totalidade homens e a grande maioria (98%) já atuou ou ainda atua em indústrias, antes de se tornarem formadores do SENAI. É necessário destacar que eles estavam no momento da pesquisa (2º semestre de 1998) engajados no "Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional em Nível Médio" desenvolvido pelo SENAI/Universidade Metodista de Piracicaba. Este programa visa atender à exigência imposta pela LDB 9394/96 quanto à capacitação para todos os professores em exercício. Nenhum dos formadores tinha até então alguma formação didático-pedagógica.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário, composto de questões abertas, visando apreender, a partir do discurso dos entrevistados, a sua representação sobre o tema proposto. Procuramos trazer, neste artigo, aspectos que julgamos mais importantes e inerentes ao tema tratado, pois devido ao seu formato não é possível apresentar a abrangência dos resultados obtidos.

A representação social é adotada por nós como possibilidade de pesquisa em educação. Dentre diversos autores que adotam a representação social em seus estudos, privilegiamos MOSCOVICI, que é considerado um dos precursores nesta discussão. Para MOSCOVICI: "(...) as representações se apresentam como imagem, afirmações que se formam, veiculam e consolidam no processo de interação e comunicação social."

As representações são, portanto, definidas socialmente, construídas dinamicamente a partir de experiências cotidianas. Para MACHADO:

"Representações aqui são entendidas como o modo particular de um determinado indivíduo captar, apreender e interpretar o mundo externo, através de percepções, imagens, opiniões e atitudes, formadas na sua prática

³⁸ Tratamos de 'formadores' os professores do SENAI, uma vez que na instituição eles são denominados por diversas designações, tais como: instrutores, instrutores técnicos e professores.

diária, historicamente determinadas e em acordo com suas experiências culturais, sociais e psíquicas.” (1994:57).

Os estudos sobre representação social têm se difundido em educação no Brasil, principalmente através de trabalhos de ALLOUFA, CARVALHO e MADEIRA, que utilizam metodologicamente instrumentos usuais nas ciências sociais, como entrevistas e questionários, entre outros.

A PESQUISA

A análise das representações feitas pelos formadores sobre o trabalho, que se buscou identificar nesta pesquisa, resultou na percepção de alguns aspectos relevantes na sua prática da formação profissional (na visão da maioria, formação para exercer um trabalho). Num primeiro momento, verificou-se um grupo de respostas em que os discursos traduzem uma conceituação de trabalho, bastante verificada em experiências diárias, no senso comum. A maioria o denomina de atividade física, intelectual ou mental, ligada à sobrevivência, subsistência do homem ou da sociedade. Para eles, ela pode ser remunerada ou não, mas sempre a representam como um ‘fazer algo’. Estão presentes neste grupo 75% das respostas dos entrevistados.

Verifica-se nesses discursos que os formadores evidenciam a idéia de que o trabalho é parte da vida humana, condição essencial de sobrevivência, necessária à vida em sociedade. Eis alguns exemplos:

“Trabalho é uma atividade abrangente que envolve a parte intelectual ou física com o intuito de prover a própria subsistência” (A1)

“Trabalho é uma atividade pela qual o homem consegue garantir a sobrevivência” (A2)

“Trabalho é um conjunto de atividades intelectuais ou físicas e motoras para produzir algo para o bem estar pessoal e social” (A3)

“Trabalho é criar ou produzir alguma coisa em benefício próprio ou da sociedade” (A4)

“Trabalho é qualquer atividade prática que o homem faz, realiza, né?” (A5)

“Trabalho é tudo que se faz” (A7)

Num segundo momento, temos um outro grupo de respostas, em que 25% dos formadores representam o trabalho dando a ele uma posição de

destaque na vida humana, no sentido de desenvolvimento, realização pessoal e progresso. Nos trechos a seguir isto fica evidenciado:

“Trabalho é algo que dá motivação à pessoa, razão principal da vida e do progresso do homem” (A11)

“É um meio de desenvolvimento pessoal” (A15)

“Algo pelo qual se adquire realização e prazer” (A12)

“Trabalho é uma ocupação digna, torna a pessoa mais feliz, realizado” (A8)

A idéia de trabalho contida nos trechos acima traduz nos discursos dos entrevistados uma grande carga de conteúdo liberal que o faz ser considerado como um instrumento mágico de liberdade e igualdade, evidenciando um sentido individual, particular neste “algo”. A única inferência ao aspecto econômico de trabalho se dá ao ligá-lo a uma remuneração ou não, encontrada em uma pequena parcela dos discursos (6,25%):

“Atividade remunerada ou não, visando progresso pessoal e social” (A2)

“Atividade realizada em troca de um salário”(A9)

Se consideramos que trabalho é determinado na sociedade capitalista, economicamente, quando a ação do homem sobre a natureza, visando transformá-la é pré-determinada por uma necessidade exterior ao homem, visando à produção de recursos que geram lucros e serão transformados em riqueza/capital, o trabalho passa a ser “valor”, vendido ao capital, numa relação de alienação e exploração. É necessário que o trabalho seja historicamente entendido, de acordo com as suas inter-relações e interdependências.

MACHADO (1998:20) alerta para esta questão:

“ Recuperar as determinações mercantis da inserção dos indivíduos nas relações de trabalho constitui um passo inicial e obrigatório para a compreensão da base social que instrui e condiciona a formação dos interesses e das motivações mais profundas dos mesmos em relação ao exercício de sua capacidade de trabalho”.

Ou seja, nas representações analisadas os indivíduos vêm o trabalho “puro”, livre de quaisquer destas determinações, o que vai *a posteriori* interferir na importância e no formato da formação profissional.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As representações da formação profissional na maioria dos discursos traduzem uma concepção tradicional da prática desta no Brasil, forjada pela idéia de se aliar direta e linearmente formação e mercado de trabalho, entendendo-a ainda como mera formação técnica, treinamento e/ou “adestramento”.

As representações dos formadores se apresentam consoantes com os objetivos históricos do SENAI - formar mão-de-obra qualificada para atender à demanda do setor produtivo industrial. Os entrevistados deram uma gama variada de respostas que pudemos agrupar ou categorizar a partir de três eixos: o primeiro, que a considera como capacitação técnica para o mercado de trabalho, conjunto de metodologias e inferem alguns conceitos como adequação, adaptação e desenvolvimento, estão presentes neste grupo; eles a consideram ainda como conjunto de conhecimentos que levam uma pessoa a exercer bem qualquer função ou atividade profissional, sendo que 89,5% das respostas vão nesta direção; o terceiro grupo e menos presente, considera a formação profissional como preparação integral dos indivíduos para o trabalho, constituindo 10,5% das respostas.

Vejam os alguns exemplos, apresentando trechos de discursos que se encaixam no primeiro grupo:

“A formação profissional é a capacitação intelectual e técnica do indivíduo para o mercado de trabalho” (A3)

“A formação profissional visa o desenvolvimento psicomotor e técnico do homem para se habilitar e tocar o trabalho na empresa” (A5)

“Formação direcionada ao mercado de trabalho” (A7)

“Ensino de conhecimentos necessários para se desenvolver uma atividade profissional”(A9)

“Qualificação técnica dada ao indivíduo para instruí-lo mecanicamente para o mercado de trabalho, para exercer bem uma função” (A8)

No segundo grupo destacam-se

“Preparo humanístico e integral do indivíduo para o trabalho” (A13)

“Preparar o cidadão para o trabalho de forma integral” (A22)

“Preparar para o trabalho” (A15)

Para finalizar, destacamos alguns exemplos referentes ao terceiro grupo:

“Formação profissional é educar para o trabalho, preparando para a cidadania” (A2)

“Educar integralmente o cidadão” (A1)

“Educar para o trabalho, com formação integral” (A10)

Com uma noção de formação profissional tradicional, tecnicista e empresarial, podemos perceber que os formadores entrevistados assimilam e repassam os objetivos do SENAI, como se fossem os seus próprios objetivos: tanto no primeiro quanto no segundo grupo de respostas destacados acima, a idéia veiculada é convenientemente articulada ao mundo da produção; mesmo quando se propõe um novo modelo “adequado” ao mundo contemporâneo e às necessidades atuais de formação, o SENAI o faz mediante as inferências das necessidades impostas por este; neste sentido, renovar-se significa se adaptar às máximas difundidas neste momento, entre elas o modelo das “competências” e da “flexibilidade”. No grupo que consegue fugir um pouco do modelo, o “cidadão” a “formação para a cidadania” e o “mundo do trabalho”, são conceitos pouco explicados e, parece-nos, não tão renovados assim. Passa-se a idéia de um “novo”, mas este aparece como revestido por uma velha roupagem da formação enquanto adequação, em total acordo com o discurso neoliberal.

CONCLUSÃO

O estudo das representações de formadores do SENAI/SP demonstrou aspectos relevantes a se considerar nas análises da formação profissional no Brasil. Uma instituição que se propõe a realizar uma formação que atenda aos interesses dos trabalhadores e o faz na perspectiva do capital, ou seja: criada, mantida e relacionada aos empresários e portanto ao mundo da produção, o SENAI atende a interesses específicos, mas também atende segundo seus formadores: “ao trabalhador que precisa sobreviver”.

De forma geral, as representações destes formadores revelam e desvelam a forma metódica e instrumental do SENAI na tarefa de realizar a formação profissional. Atento às exigências do mundo produtivo, a instituição vai se adaptando e introduzindo seus formadores e alunos na nova ordem mundial, numa relação íntima com a formação de um novo homem, mais reflexivo, mais dinâmico e principalmente muito mais

“adaptado”. A sensação que fica é a de que “veste-se a roupa conforme a ocasião”.

Os formadores, na sua maioria, destacam a importância do trabalho para o ser humano, enquanto instrumento de libertação, de progresso e de realização. Portanto, nada mais sensato do que a imensa importância dada à formação profissional, como instrumento para a realização deste. É normal para os formadores, portanto, acreditarem que o SENAI é uma escola fundamental para seus alunos “desprivilegiados” e impossibilitados de obterem outra educação. Assim, o SENAI aparece como redentor.

Enfim, se atentarmos para as características do sistema capitalista de produção no decorrer de seu desenvolvimento histórico até a atualidade e se examinarmos o SENAI como uma instituição voltada para a formação de mão-de-obra para este, os conhecimentos transmitidos, a metodologia adotada, os recursos utilizados, formam com plena capacidade os trabalhadores esperados (e neste contexto, o perfil dos formadores se adapta ao modelo). Dessa forma, o SENAI cumpre a sua missão que, segundo o seu Plano Estratégico de Ação 1996-2000, é:

“Contribuir para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do País, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia.”

No entanto, se considerarmos o trabalhador e as suas necessidades de conhecimento, de informação e de acesso ao exercício pleno de sua cidadania, é necessário outro conceito de educação, muito além dos limites da formação que ora se propõe (tecnicista, treinadora, adaptadora) e, que, principalmente considere o *homem* no processo.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ASSIS, Marisa de A. Educação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al (org). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Trad. De Emerson S. Silva. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.
- FERRETI, Celso João et al (org). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- _____. & JÚNIOR, João dos Reis S. *Qualificação Profissional - uma abordagem teórica e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do capitalismo real*. São Paulo:Cortez: 1995.
- _____. *Cidadania e Formação Técnico Profissional - desafios neste fim de século*. Página da Web: www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/artigos/acervo.htm.1998 (capturado em 10.10.98).
- FREITAG, Barbara. *Escola, estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Moraes,1986.
- GENTILI, Pablo. (org) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Rio de Janeiro: Vozes,1994.
- _____. (org) *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: Vozes,1995.
- GALLO, Silvío. *Questões atuais da subjetividade*. Piracicaba, 1998, anotações de aula.
- GITAHY, Leda & RABELO, Flávio. Educação e desenvolvimento tecnológico: o caso da indústria de autopeças. In: *Educação e Sociedade*. Campinas: Papirus, N.45,1993.
- HARVEY,D. *A condição pós-moderna*.3 ed. São Paulo: Loyola,1993.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI,Celso J.et al.(org) *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes,1994.
- KUENZER, Acácia. *Ensino de 2^o grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília:inep,1987.
- LEITE, Elenice M. *O resgate da qualificação*. São Paulo: USP, (tese de doutorado), 994.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e ser social - a Ontologia de G. Lukács*. Mimeo,s/d.
- _____. A centralidade do trabalho em Lukács. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XVII, dez/1996.
- MACHADO, Lucília R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora In: MACHADO, L. R. S. et al. *Trabalho e educação*. Campinas, CEDES/ANDES/ANPED, 1992.
- _____. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando S. (org) et al. *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de cultura marxista,1996. 13-40.
- MACHADO, Marilene Salgueiro B. *A orientação profissional em face do desenvolvimento científico-tecnológico :representações dos Orientadores Educacionais*. Natal,1994 (mimeo).
- MARX, Karl. *O Capital- crítica da economia política*. 10^a ed.Trad: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel,1985.V.1-2.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de janeiro: Zahar,1978.
- PICANÇO, I. Silva & FARTES, Vera L. B.Transformações Tecnológicas e Educação.In: *Revista Tempo Brasileiro*. V.1. N. 1. Rio de Janeiro, 1991. 9-23.
- SADER, Emir & Gentili, Pablo. (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.

Marilene Salgueiro Berto Machado

SALM, Cláudio & FOGAÇA. *A modernização industrial e a questão dos Recursos Humanos*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1991.

SENAI. *Doc. Plano Estratégico de Ação – 1996-2000*. DN. São Paulo.